



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Enviei ao Congresso uma medida para permitir que em tempo de paz se possa abater aviões. Senão, como é que vamos controlar o contrabando? Quando eu me informei da situação, os Ministros militares sabem disso, atuei imediatamente e fizemos uma medida, porque não tinha, não havia legalidade para a ação.

Nem o Presidente da República pode mandar abater um avião em tempo de paz. Ora, os contrabandistas sabem disso, desdenham do controle, um controle que passa a ser só um registro, para eles não tem importância. Tem que haver um controle efetivo. E isso nós precisamos ter, como nós precisamos ter controle dos nossos portos, dos nossos aeroportos, custe o que custar. E isso custa muito, porque desafia grupos poderosos. Mas o Governo está absolutamente decidido a enfrentar essas questões, porque elas fazem parte, *amplo sensu*, do conceito de segurança.

Além disso, na área social ainda há um problema grave, que eu mencionei de passagem, que é o da Previdência. É grave. É grave, sobretudo no setor público e não tanto no setor privado. Não vou me referir aos abusos que ocorreram, pode-se listá-los e coibi-los, abusos de todo tipo. Mas há também a questão de como é que se financia esse sistema. É essa a questão. Não há outra. A questão é: como se financia? Quem paga? Como é que se sustenta esse sistema? Evidentemente, no caso de certas corporações, como as militares, essa situação tem que ser tratada à parte. E o Governo sabe disso, está lá no Congresso a medida. E assim será feito.

Acho que não se pode confundir coisas heterogêneas como se fossem homogêneas. Não são. Vamos tratar com a moderação, enfim, com a compreensão necessária cada um dos setores. Nem se trata de perseguir quem quer que seja, muito menos a massa dos trabalhadores, que esses pagam muito mais para sua previdência do que quaisquer outros. Então, isso tem que ser tratado com, digamos, espírito de justiça e de negociação.

Não sou favorável ao atropelo em matérias dessa natureza. Uma questão é saber se é a favor ou contra que haja concessões de fornecimento de energia elétrica, porque isso são quase que conceitos.

Uma outra questão é quando se tomam decisões que afetam pessoas. E o Governo tem que ter a sensibilidade de distinguir o que é um conceito pelo qual se pode lutar até com paixão, certo ou errado, mas se formula até intransigentemente, porque, quando as pessoas estão apaixonadas por uma idéia, são geralmente intransigentes.

Outra questão é quando se trata de decisões que vão afetar a vida das pessoas. Aí não é possível haver paixão nem intransigência, tem que haver compreensão e eficiência. Eu acho que, enfim, com boa vontade, com energia – porque é preciso também – se consegue chegar a decisões que melhorem a perspectiva da questão previdenciária brasileira. Mas, obviamente, quando o crescimento passa, em 6 anos, de 23% para 44%, na proporção do gasto entre ativos e inativos, alguma coisa tem que ser feita, porque, se nós não fizermos, acontecerá o pior, vai capotar tudo daí em diante.

Vamos fazer com tranquilidade, com serenidade, com compreensão e vamos modificando as coisas. Eu sei, também, que dada a especificidade da situação da vida militar, eu próprio me interessei em vários momentos – os que trabalham comigo sabem disso – para que essa especificidade fosse mantida no que diz respeito à PEC, projeto de emenda constitucional, sobre a Previdência, assim como no que diz respeito ao fato de que mandarei a PEC que separa o tratamento de civis e militares, que foi feita pelo Estado Maior e que só não foi mandada por uma questão de tática política. Tenho que ver o momento oportuno, para evitar que isso provoque reações que não são as que se deseja no Congresso., mas já está preparada, está feita e será enviada.

Bem, eu teria bastante coisa para conversar sobre o campo econômico. Não quero também abusar dos senhores, apesar de que disse que ia abusar da hora. Acho que, no campo econômico, o primeiro reconhecimento a ser feito aqui é de que, com estabilização, nós conseguimos uma distribuição de renda efetiva. Isso é alguma coisa que nós devemos proclamar ao mundo, que nós fizemos um plano de estabilização que redistribuiu a renda e que até ampliou o ritmo de crescimento da economia. As duas coisas eram consideradas impossíveis pelos teóricos dessa matéria. O Fundo Monetário Internacional não acreditou no Plano Real, se recusou

a dar o aval, não tivemos o aval e foi bom. Recusou-se a dar o aval, os técnicos o recusaram para a renegociação da dívida externa. Nós renegociamos a dívida externa. É o único caso. Foi a maior dívida da história do capitalismo: 52 bilhões de dólares. Eu era Ministro da Fazenda, passei a manhã inteira assinando papéis, no Canadá, para refazer os documentos da negociação. Sem o aval do Fundo, porque eles diziam que nós não tínhamos condições nem políticas nem sociais nem de competência para fazer as mudanças que estavam sendo propostas pelo Plano Real. Mas o Superintendente do Fundo – que é um homem inteligente – confiou: embora o Fundo não tivesse aprovado, ele fez uma circular aos banqueiros, dizendo que achava que eles podiam firmar o acordo.

Então, nós nunca tivemos o monitoramento do FMI. A decisão foi nossa, segue sendo nossa, não tem ingerência, não tem coisa nenhuma. E deu certo. Para fazer isso, eu tive que ousar, tive que mandar que o Ministro Malan – por sugestão dele – que era Presidente do Banco Central, comprasse bônus do Tesouro Americano sem que ninguém soubesse, para que, na hora de fazer a negociação, eu não precisasse nem do Tesouro Americano, nem do FMI. Quando eles descobriram, já era tarde, nós já tínhamos os bônus. E me felicitaram por termos feito isso sem que ninguém percebesse, sem que houvesse comissões, sem que houvesse onda no mercado. E nós, então, tínhamos condições de dar as garantias aos banqueiros internacionais para fazer a renegociação, garantindo, por outro lado, margem de manobra, porque nós não estávamos submetidos nem ao Tesouro Americano nem ao Fundo Monetário Internacional.

O fato é que fizemos, do ponto de vista imediato, a estabilização. A inflação, os números são variados, provavelmente vai voltar próximo aos 20% este ano – isso para quem o ano passado estava em 5.000% na tendência anualizada. Vamos estar próximos dos 20%. Não há nenhum sinal de que nos próximos meses a inflação tenha qualquer risco de retomada. Essa questão é importante, não só porque organiza o Estado, permite planejar, mas porque significou uma redistribuição de renda efetiva.

Ainda recentemente, o DIEESE publicou um dado, mostrando que os salários tiveram aumento real de – os salários mais baixos – 32%, os mais

altos de 4%, nos setores de trabalhadores. Quando se observa o consumo de carne, de frango – até de cimento: as fábricas de cimento estão fabricando cimento em saco de um quilo, porque, assim, as reformas nas favelas estão acontecendo – vê-se que, efetivamente, a população mais pobre está comendo melhor. Os indicadores disso já estão aí à disposição.

A classe média pagou um preço mais alto. Por que pagou um preço mais alto? Porque o mais difícil de resistir em qualquer plano de estabilização é precisamente o setor de serviços. A grande modificação havida aqui é que nós abrimos a economia. De 1991 a 1995, os dados do comércio externo no Brasil passaram de cerca de 50 bilhões – nos dois sentidos, quer dizer, importação e exportação –, de 50 a 60 bilhões para 100 bilhões. Este ano nós estamos nos aproximando de 100 bilhões, e as exportações estão batendo recorde todos os meses, como bateram em outubro de novo – recorde histórico. Quer dizer, nós estamos exportando mais e importando mais.

Eu não vou entrar em detalhes, o que significa, se a balança comercial tem equilíbrio, não tem equilíbrio, porque é uma coisa muito técnica, eu gosto; mas seria fastidioso.

Agora, o fato é que nós dobramos o comércio exterior, e, com isso, a competição aumentou, as indústrias tiveram que aumentar a produtividade. Os dados mostram que a produtividade aumentou. Por isso, foi possível manter o câmbio relativamente apreciado, sem prejudicar as exportações. Elas baratearam na produção, por isso está aumentando a exportação. Se o câmbio estivesse – como alguns setores vivem dizendo que querem uma desvalorização –, realmente, tão valorizado assim, nós não estaríamos exportando; mas nós estamos exportando, porque houve aumento de produtividade. E, com isso houve, também, a tendência a que os preços baixassem, porque há a competição de fora. Mas não se pode importar restaurante, médico, dentista, escola. É o que os economistas, na linguagem deles, chamam de bens e serviços que não são comercializáveis.

Esses bens que a classe média consome subiram. Escola, transporte, dentista, restaurante, teatro – teatro eu não sei –, todos esses preços e aluguel subiram muito.

Isso acontece em todo plano de estabilização, pela razão que eu dei, porque não se pode importar. Não tem como. Então, ficamos à mercê. Há uma distribuição perversa de renda, passa de setores da classe média para a classe mais baixa. É o que acontece no perfil da renda. Nós, – o grosso maior, que somos da classe média – pagamos o bem-estar de alguns outros setores.

Bem, começa agora a cair o preço de serviços. A tendência agora – eu não vou dar muitos dados, mas eu passei a quarta-feira lá, com os economistas, aprendendo essas coisas –, a tendência é haver uma convergência da queda de preços do setor de serviços, inclusive de aluguéis. Por isso a inflação, mesmo que subam os produtos de alimentação, que vão subir, em certo momento sobe, mas vai haver uma tendência a continuar baixa a inflação, porque os serviços começam a cair.

Isto é mais ou menos o panorama que ocorre nessa matéria. Mas nós precisamos aí, nessa área – eu não vou entrar muito em detalhe – lidar com o, como se chama, custo Brasil. Tem que aumentar a nossa capacidade de competir. Está aí a questão dos portos, está aí a questão das estradas, está aí a questão da energia. E isso requer investimento.

De 1996 por diante, nós temos que ter investimento. E, aí também, quero lhes dizer uma coisa com toda franqueza. Nós estamos, hoje, com reservas da ordem de 50 bilhões de dólares. É recorde mais do que histórico. Nunca houve tanto, 50 bilhões de dólares, nas reservas. Isso é ótimo, nos dá credibilidade, margem de manobra, não tem risco de crise mexicana, tudo muito bem. Mas, eu vou usar um título de um livro do Barboza Lima Sobrinho, *Capital se faz em casa*. A taxa de poupança interna tem que aumentar, porque é fundamental para termos um investimento autônomo. Um país como o Brasil não pode depender só do investimento externo. Investimento externo, aqui, é um delta, um delta positivo, se for investimento direto. Um delta alentador mesmo quando é de curta duração, ajuda, mas pode ir embora, é volátil. O direto fica. Quanto mais direto melhor. Mas, num país como o nosso, isso tem que ser sempre um delta a mais, o grosso tem que ser daqui. O grosso tem que ser um esforço de poupança interna, de investimento interno, e os nossos números ficaram escandalosamente baixos. Nós chegamos a ter, há uns 7 ou 8 anos,

13% do PIB como taxa de poupança. Hoje, estamos de 18 para 19, historicamente tínhamos 22. Nós temos que chegar a 25%. Quando o Brasil chegar a 25% de poupança interna, um quarto do PIB, um PIB de 600 bilhões – como nós já temos –, já será uma massa de recurso enorme, cento e poucos bilhões por ano, daqui de dentro, mais do que vem de fora. Aí, sim, nós vamos ter realmente um crescimento sustentado e um crescimento capaz de dar mais alento à nossa necessidade de combater a miséria, de avançar na questão social.

Mas não é fazer o econômico para depois fazer o social: tem que fazer já, como nós estamos, fazendo o social. E tem que enfrentar, mesmo, os problemas mais difíceis, como o da terra. Por mais que seja demagógico, que em setores é, por mais que seja, até mesmo, digamos, beirando o desafio à autoridade – e que nós não podemos deixar também –, nós temos que enfrentar, na radicalidade, a questão. Quer dizer: quem é que está precisando de terra? Tem terra? Vamos fazer, para tirar até a bandeira dos setores que querem tumultuar. Vamos enfrentando e, ao mesmo tempo, tomando essas decisões, para gerar um novo horizonte para o Brasil.

O Plano Plurianual de investimentos já dá essa idéia, eu já saberia dizer. E, se eu for para a Amazônia, saberei dizer onde vamos investir, por que vamos investir, o que vamos fazer com energia, com transporte. Se eu for para o Centro-Oeste, eu sei. Para o Rio Grande do Sul, para o Rio de Janeiro – para o Nordeste, eu ainda tenho umas duvidinhas, mas começa a haver um caminho – eu digo: eu sei. Não só eu, porque sou o Presidente: é preciso que nós todos saibamos.

Então, eu quero, o ano que vem, ao lado dessa ênfase na educação, enfrentar essas questões sociais mais doídias; e a da segurança. É preciso, também, dar esse sentimento nacional de que temos rumo e de que sabemos onde vamos investir, por que nós vamos investir; e de quais são as transformações; dar um grande apoio em toda a questão tecnológica, enfrentar os gargalos, que é a energia, que é estrada, que são os portos, com capital privado, com a liderança do Governo, com a fiscalização do Governo; com muita coragem, fazer a reforma tributária, da qual não vou falar; e tender a uma política de juros mais equilibrada.

Também não vou me estender muito sobre essa matéria. Os juros subiram porque nós tivemos a crise contra o Real em março e porque nós tivemos um crescimento de demanda, no primeiro trimestre, de 10%. No último trimestre, nós chegaríamos a 15% de crescimento da economia. Aí arrebenta tudo, porque nós não temos produção para isso. Nós vamos ter que importar muito, e dá um desequilíbrio na balança de pagamentos. E aí arrebentam os preços e volta a inflação.

Então, dessas difíceis decisões que um Presidente tem que tomar frear o crescimento é a mais difícil; mas é muito melhor frear o crescimento para manter a estabilização do que estar estagnado e com inflação, como nós estávamos anos atrás.

Se não tivesse a decisão de frear, eu voltaria à situação anterior. E tenho muito viva a experiência do Plano Cruzado, que foi uma tentativa legítima de resolver as questões e que foi frustrada porque não foram tomadas decisões oportunas, de coragem. É enfrentar a crítica, a incompreensão, como eu digo.

Tomamos as decisões. Já estão tomadas. Já, agora, se pode divisar um horizonte mais claro. As taxas de juros já cumpriram seu papel de arrefecer a demanda, até mesmo de atrair capitais pelo diferencial; e agora já começaram a declinar. A taxa de juros que o Governo controla é uma só. Chama-se Over/SELIC–Sistema Especial de Liquidação e Custódia – sabe que economista só fala em linguagem que ninguém entende; é pior que o latim. É essa taxa de juros que o *overnight* define, que começou em quatro e pouco, no início do ano. Quando eu assumi, mandei baixar. Foi baixando e chegou a 3,25. Quando chegou a 3,25, teve a crise do Japão – isso tudo depois do México. Teve a crise de março. Subimos para 4,5.

Pois bem. Está em 2,83 agora. E vai continuar baixando. Isso tem efeito de médio prazo sobre a taxa geral de juros. O ano que vem, a tendência da taxa de juros é declinante. E sobre o câmbio já mencionei que não existe essa sobrevalorização excessiva. Nós estamos acompanhando esses fatores todos e achamos que isso tudo acabará tendo um resultado positivo.

Então, essas são as variáveis macro com as quais eu, pelo menos, estou ligado e pensando no Brasil e vendo qual é o rumo que estamos imprimindo a este país.

Vou me referir apenas a dois pontos mais – e vou deixá-los com mais tranquilidade, gozando da convivência recíproca e me desculpando porque eu tenho que voltar para Brasília. Um é o campo externo e o outro é o campo militar.

No campo externo, nós temos feito um esforço consistente, que vem de longe. O Brasil sempre teve definições claras. Política externa requer uma definição e manutenção da linha, porque senão não se tem credibilidade. Aliás, política, em geral, deve ser assim: define-se a linha para poder ter credibilidade. A imprensa já está esquecendo de derubar Ministros porque já perceberam que isso não pega comigo. Não adianta. Queima um, queima outro. Isso aí fica um esporte nacional, de tiro ao alvo. Não é sério. Acho que isso não é sério. Não se pode viver na angústia, na incerteza. Não. Vamos deixar isso aí com um horizonte de tempo. Política externa precisa de horizonte.

O Brasil sempre teve uma política muito clara, uma política de paz, uma política de entendimento. Mas, nos últimos tempos, nós aceleramos certos tipos de entendimento. Um muito importante é o Mercosul. Eu sei que para muitos setores o Mercosul ainda soa como uma coisa um pouco estranha. O Brasil tinha uma política, por exemplo, de compra de petróleo que não contemplava compras na Argentina, como não contemplava compras na Venezuela.

Nós mudamos isso. Hoje, estamos comprando da Argentina mais ou menos 1 bilhão de dólares, e vamos começar a comprar da Venezuela 1 bilhão de dólares. Por quê? Porque quem compra vende. Abre-se um comércio. Nunca se pode manter uma relação com outro país que seja permanentemente em benefício de um e em desprezo do outro. E em comércio internacional, em geral, o bom é quando todos ganham. Não é jogo de soma zero.

Os mais “espertos”, os mais primitivos, pensam: “Nós vamos ganhar e o outro vai perder.” Isso não dura muito. Tem que se criar uma situação em que seja possível ambos ganharem.

Nós tínhamos um superávit comercial muito elevado com a Argentina e uma resistência muito grande dos argentinos a continuar comprando nossos produtos.

Hoje, não. Hoje a balança está equilibrada. Nós comercializávamos com o Mercosul, com o Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, cerca de 2 bilhões de dólares há quatro anos. Hoje são 10 bilhões de dólares. Todos estão ganhando, mas nós estamos ganhando mais. Por que nós estamos ganhando mais? É exatamente porque nós somos o maior mercado. E muita gente pensa: "Se nós somos o maior mercado, os outros é que vão ganhar." É ao contrário: como nós somos o maior mercado, e ampliamos o nosso mercado, e quando eles vendem para nós é um delta pequenininho comparado com o nosso mercado, nós damos aos investidores brasileiros e estrangeiros que queiram investir aqui uma expansão de mercado.

Ninguém vai investir... Não é que não vai; é bom até que invistam nos outros países também. Mas a proporção é maior para nós, e nós potencializamos o nosso mercado. Quanto mais nós pudermos fazer acordos com os nossos vizinhos nessa direção, melhor será para nós. Para "nós", eu digo, o conjunto: nós e os nossos vizinhos.

Mas nós temos mais industrialização, temos mais capacidade de ofensiva no comércio.

Na última vez que estive na Argentina eu me reuni com cerca de 200 empresários brasileiros que têm investimentos lá. Tem um grupo Brasil-Argentina lá. Agora vai ter um grupo argentino-brasileiro aqui. Tem uns doze argentinos.

O Brasil tem cerca de 1.000 empresas que têm uma coisa chamada ISO-9000, que é um certificado de qualidade e padrão internacional. Os nossos vizinhos – eu não vou especificar quais – não chegam a ter cem; nenhum deles. Então, nós não podemos ter nem arrogância nem temor. Temos que ter um relacionamento estável, tranquilo com os nossos vizinhos.

O Mercosul permitiu ao Brasil não só a expansão do seu mercado. E o Mercosul não é para o Sul do Brasil. O Nordeste aumentou muito nisso. A Bahia aumentou cinco vezes as suas exportações para o Merco-

sul. Como tem esse nome de Mercosul, muita gente do Norte pensa que se precisa fazer um Merconorte. Não! O Mercosul inclui todo o Brasil.

Nós temos que fazer com os outros países vizinhos do Norte outras coisas, acordos bilaterais, acordos com a Venezuela, de compra de petróleo. A Venezuela está absolutamente disposta a um relacionamento mais próximo ao Brasil.

Ora, os senhores são militares. Nós temos uma grande preocupação amazônica. Nós temos uma preocupação positiva. Não é temor de ninguém. Mas nós temos que olhar tudo isso com muita atenção.

E claro que é importante que os países da Guiana e a Venezuela tenham um relacionamento bom com o Brasil.

Então, basicamente o Brasil reforçou a sua presença positiva, solidária, com os países da América do Sul. E o Mercosul é um pivô disso.

Agora em dezembro, vou assinar, junto com os outros Presidentes – acho que eu vou à China primeiro –, um acordo, que é o primeiro da História, entre a União Européia e o Mercosul. O primeiro da História.

E eu ouvi do Primeiro-Ministro Kohl, da Alemanha, palavras que não vou repetir, porque não caberia, mas muito encorajadoras nesse sentido, para dizer: “Olha, aqui na Europa, a Alemanha está fazendo o que vocês estão fazendo na América do Sul.” E a relação entre nós tem que ser muito próxima porque o Leste é o Leste, o Sul é o fundamentalismo, a Ásia é muito longe, tem os Estados Unidos, que são muito importantes, mas vamos aproximar a América do Sul da Europa, o Mercosul da Europa.

Isso num contexto em que nós temos a integração hemisférica. Nós não vamos partir para essa integração hemisférica nem com açodamento nem sem nossos próprios recursos, para ir dizendo qual é o grau em que estamos de acordo, no que não, como é que faz, como é que não faz. E o Mercosul nos dá força para tudo isso, como essa integração com a Europa nos dá, também, força. Não para ser contra, mas para fazer as coisas de acordo. Aí, vem o que eu disse no começo da conversa: uma inserção soberana na ordem global.

Não há contradição entre essas coisas. A ordem é global, porque o mundo está se globalizando. Mas nós temos nossos interesses. Vamos nos organizar e vamos ter uma política para isso, uma política consis-

tente, que nos permita tirar o maior proveito, em nosso benefício, dentro desse contexto e com uma relação franca, aberta, cordial, sem nenhum complexo, como nós temos hoje com os Estados Unidos. E, quando me encontro com o Presidente americano – alguns aqui já assistiram –, é numa relação normal, em que não se precisa pedir nada e nem tem que temer nada. E vice-versa. A relação é positiva. Não precisamos estar, nós aqui, com medo porque nós temos força. Força, hoje, é capacidade de discernir e organizar para chegar lá e ter competência e informação.

Então, do ponto de vista da política externa brasileira, nós estamos indo nessa direção. No campo militar, nós temos que ter isso muito em consideração. Agora mesmo, estamos com um contingente lá em Moçambique. É importante. Nós temos que ter, digamos, núcleos de excelência nas nossas Forças Armadas e com capacidade de pronta resposta, com capacidade de presença em nível mundial. Mundial pode ser que seja um exagero num primeiro momento. Mas é isso. Para quê? Para ajudar a consolidação da paz no mundo e a nossa presença política e econômica, que estão ligadas.

Então, neste discurso, no sentido das propostas do Brasil, quando eu falo nisso, está incluído o campo militar, diretamente. O Estado, para poder ser eficiente, precisa de um setor militar eficiente e precisa que haja unidade de propósitos e de comando.

Quer dizer, o povo indica o Comandante Supremo, e a hierarquia é por aí, com todo o respeito de todos os setores da sociedade. Quer dizer, é assim que eu acredito que nós possamos marchar juntos.

Quando dou tantas explicações, como estou dando esta manhã, aqui, sobre o que eu penso, sobre política externa, sobre o que eu vou fazer, sobre o Sivam, sobre a saúde, sobre a educação, sobre a política econômica, é porque é fundamental que nós estejamos em sintonia. É fundamental que isso seja uma coisa explicada. A autoridade, no mundo moderno, não advém da imposição: advém do respeito. E o respeito só existe quando há o convencimento de que a autoridade é legítima e que a ação dela é uma ação consentânea com os interesses do País.

Acho que isso tem que ficar muito claro, nesse contexto de globalização, como estou definindo. Falei no Senado há dez anos sobre isso, que nós tínhamos que ter uma inserção soberana na nova ordem mundial; que não podiam pensar a divisão internacional do trabalho do modo antigo, em que uns produzem matéria-prima, outros, produtos industrializados; que não é isso, que é numa outra fase; que o campo militar faz parte, até mesmo nos seus aspectos de desenvolvimento tecnológico.

E sabem todos como me parece fundamental o fato de nós, hoje, dispormos do controle da tecnologia de mísseis. É importante a tecnologia de satélites, de foguetes de emissão de satélites. Nós entramos no MTCA, nós temos uma definição clara de energia atômica para fins exclusivamente pacíficos, temos nossos programas, e com tranquilidade, porque o País sabe, está de acordo e quer. E a comunidade internacional também sabe que o Brasil hoje é um país que está, digamos, com um grau de maturidade suficiente para enfrentar tudo isso com democracia.

Acredito que agora, nesta fase em que estamos ultimando reformas constitucionais difíceis, o Congresso respondeu. Muitas vezes vejo críticas: "Ah, o Congresso mudou." Mas o Congresso está aí para mudar, não é para dizer amém. Sou intrinsecamente democrata, fui senador. O Congresso não tem que dizer amém. Tem que ter diálogo. E, quando muda, explica por que muda. E eu tento dizer "porque não", ou talvez até me convenço do "porque sim". E nós estamos mudando, estamos alterando coisas que eram muito difíceis de serem alteradas.

Os senhores sabem como custa fazer uma reforma administrativa ou da Previdência, ou de impostos. É muito difícil mesmo, porque, repito, toca em interesses concretos legítimos.

Agora, o interesse maior é o do Brasil, é o da visão do futuro do Brasil, é o do povo do País. Então, isso é que não dá para ceder. Quando o interesse, por mais legítimo que seja, segmentado, se opõe ao interesse do conjunto, eu, como Presidente, tenho que ficar com o interesse do conjunto. Não posso estar defendendo, por mais que eu tenha simpatia por uma outra tese, eu não posso ficar com essa tese, se tenho a consciência de que ela não vai me permitir avançar mais adiante.

Vamos fazer essas reformas com tranquilidade. Acho que já conseguimos bastante. Vamos conseguir mais coisas. Vamos, o ano que vem, dar ênfase, como eu disse aqui, à questão da educação, tomar temas tópicos como o de segurança, como o de reforma agrária, e enfrentá-los com calma, com tranquilidade. Vamos equacionar, no possível, a saúde, e vamos desenhar, e mais do que desenhar, efetivar as políticas de investimentos naquelas áreas que nós sabemos que são necessárias para o grande salto que este país está dando e vai dar.

Se nós fizermos isso, se nós contarmos, como temos contado sempre, com os senhores na consolidação da democracia – eu disse isso várias vezes porque assim penso –, eu acho que nós estaremos fazendo, no Brasil, um processo de consolidação democrática que é mais importante do que o processo de transformação econômica, porque sem ele não há uma economia realmente moderna, se não for embasada num sentimento em que haja participação, decisão, controle, voto. Isto é que é o fundamental, esse que é o grande... não é milagre, não: é a grande ação brasileira. Foi a nossa capacidade de convergir. O País convergiu para certos pontos, entendeu certas questões e avançou junto. E eu acho que as Forças Armadas estão desempenhando esse papel – não só na sua destinação constitucional, é óbvio, mas eu diria que mesmo além disso –, com uma compreensão grande. E eu até aproveito para agradecer aqui a colaboração constante dos Ministros das áreas militares que aqui estão presentes e do Ministro Mauro, que hoje está representado pelo Almirante Pedroso, porque tem sido assim: eles sabem como é meu jeito, eles sabem que eu falo as coisas no momento que acho que é necessário, com toda clareza, e tenho encontrado um apoio forte porque tenho proposto coisas que acredito sejam corretas para o Brasil.

Com esse espírito, eu não tenho nenhuma dúvida de que vamos enfrentar essas grandes transformações do mundo. Nós vamos, nesse novo horizonte renascentista, como eu disse aqui no começo, encontrar o nosso lugar, vamos ser capazes de, nessas transformações e com elas, preservar o que é fundamental, que é o bem-estar do povo, a felicidade desse povo e a defesa correta, adequada, contemporânea, da soberania nacional.

Muito obrigado aos senhores.